

Concurso Público para Provimento de Empregos Efetivos da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP

Edital N°001, de 12/09/2012

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém **50** questões, sendo **08** de Língua Portuguesa, **08** de Raciocínio Lógico Quantitativo, **05** de Noções de Informática, **29** de Conhecimentos Específicos, além da folha de rascunho para a Prova Discursiva.
- Verifique na Folha de Respostas se o seu nome e o número do documento de identificação estão corretos.
- Será anulada a questão que contiver emenda, rasura ou, ainda, a que apresentar mais de uma alternativa assinalada na Folha de Respostas.
- Ao marcar a alternativa correta na Folha de Respostas, use caneta esferográfica de tinta preta, ponta grossa.
- Ao final da prova, devolva ao fiscal de sala a **Folha de Resposta** da prova de múltipla escolha, devidamente assinada no local indicado; e também a **Folha de Resposta** da prova discursiva.
- Os 2 (dois) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos.

- Em cada questão, você deve assinalar somente uma das alternativas e na forma correta, conforme indicação abaixo.

CERTO					ERRADO				
A	B	C	D	E	A	B	C	D	E
1	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	21	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	22	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	23	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	24	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	25	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	26	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

- A duração total da prova é de 4 horas. Esse tempo inclui a marcação da Folha de Respostas e a elaboração da Prova Discursiva.
- Você só poderá levar o Caderno de Prova após transcorridas 3h (três horas) do início da prova.

Boa prova!

PROVA DE CONHECIMENTOS

GUARDA PORTUÁRIO

Conhecimentos Específicos

22

Marque a assertiva **CORRETA** sobre a denúncia prevista na Convenção nº 137 da OIT, relativa às repercussões sociais dos novos métodos de manipulação de cargas nos portos.

- a) Qualquer membro que tenha ratificado a Convenção poderá denunciá-la, ao expirar um período de 10 anos após a data da entrada em vigor inicial da Convenção, mediante um ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia só é efetivada seis meses após ser registrada.
- b) Qualquer membro que tenha ratificado a Convenção poderá denunciá-la, ao expirar um período de 10 anos após a data da entrada em vigor inicial da Convenção, mediante um ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia só é efetivada um ano após ter sido registrada.
- c) Qualquer membro que tenha ratificado a Convenção poderá denunciá-la, ao expirar um período de 5 anos após a data da entrada em vigor inicial da Convenção, mediante um ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia só será efetivada um ano após ser registrada.
- d) Qualquer membro que tenha ratificado a Convenção poderá denunciá-la, ao expirar um período de 10 anos após a data da entrada em vigor inicial da Convenção, mediante um ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia só é efetivada três meses após ser registrada.
- e) Qualquer membro poderá denunciar a Convenção ao expirar um período de 5 anos após a data da entrada em vigor inicial, mediante um ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia só será efetivada um ano após ser registrada.

23

Conforme previsão contida no Plano Nacional de Segurança Pública Portuária, é competência da CESPOTOS

- a) avaliar programas de aperfeiçoamento das atividades de segurança pública nos portos, terminais e vias navegáveis.
- b) manter o acompanhamento estatístico dos ilícitos penais ocorridos nos portos, terminais e vias navegáveis e dos resultados das investigações e punições aplicadas.
- c) baixar normas, em nível nacional, sobre segurança pública em todos os portos, terminais e vias navegáveis.
- d) elaborar seu regimento interno e atualizá-lo, quando necessário, submetendo-o à apreciação do Ministro de Estado da Justiça.
- e) solicitar o apoio da CONPORTOS no gerenciamento de crises, relativas à segurança pública, quando julgar-se insuficiente para tal.

24

Sobre a Portaria PR/SEP nº 121, de 01/05/2009, que dispõe sobre as diretrizes para organização das Guardas Portuárias, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Vigilância e segurança portuária são as ações e procedimentos necessários ao desenvolvimento normal das atividades portuárias, com o propósito de prevenir e evitar atos ou omissões danosas que afetem as pessoas, cargas, instalações e equipamentos na área portuária.
- b) Compete a Administração do Porto organizar e regulamentar os serviços de Guarda Portuária, a fim de prover a vigilância e a segurança, desde que devidamente autorizada pelo Ministério da Justiça.
- c) Os beneficiários de concessões, permissões e autorizações, bem como de arrendamentos de instalações portuárias na área do Porto Organizado, não poderão ter os seus próprios serviços de vigilância, pois tais serviços já estão acobertados pelas atividades da Guarda Portuária.
- d) A área portuária compreende os ancoradouros, docas, cais, pontes, píeres de atracação e acostagem, terrenos, armazéns, edificações e vias de circulação interna do Porto Organizado, não estando incluído o acesso aquaviário ao porto, tais como canais, bacias de evolução, áreas de fundeio.
- e) O Regulamento da Guarda Portuária não deverá conter a fixação do efetivo necessário, nem a sua organização com os vários escalões da sua hierarquia interna, pois isto será definido pela Comissão Disciplinar.

25

Sobre a mão-de-obra do trabalho portuário avulso, prevista no Decreto nº 1.886, de 29 de abril de 1996, analise as afirmações abaixo.

- I. A requisição da mão-de-obra do trabalho portuário avulso só poderá ser realizada aos órgãos de gestão de mão-de-obra, salvo disposição em contrário pactuada em contrato, acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- II. Os órgãos de gestão de mão-de-obra deverão ter disponíveis, para uso da fiscalização do Ministério do Trabalho, as listas de escalação diária dos trabalhadores portuários avulsos, por tomadores da mão de-obra e por navio.
- III. Caberá exclusivamente ao órgão de gestão de mão-de-obra a responsabilidade pela verificação da exatidão dos dados lançados nas listas de escalação diárias, assegurando que não haja simultaneidade de escalação no mesmo turno de trabalho.
- IV. Os tomadores da mão-de-obra serão os responsáveis exclusivos pela verificação da presença, no local de trabalho, dos trabalhadores constantes das listas de escalação diária de cada navio.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- a) II, III e IV, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) I e III, apenas.

26

No exercício de suas atribuições, o Guarda Portuário dispõe de Poder de Polícia. Os atributos específicos desse Poder de Polícia são a

- a) discricionariedade, a competência e a finalidade.
- b) discricionariedade, a competência e o objeto.
- c) discricionariedade, a auto-executoriedade e a coercibilidade.
- d) discricionariedade, a auto-executoriedade e a competência.
- e) discricionariedade, a coercibilidade e a competência.

27

De acordo com as características dos seus combustíveis, os incêndios são classificados em Classe A, B e C. Assinale a opção que contempla **CORRETAMENTE** essa classificação.

- a) **Classe A:** são incêndios que ocorrem em materiais energizados, por onde passa corrente elétrica, como motores, geradores, transformadores, etc; **Classe B:** são os incêndios em materiais sólidos de fácil combustão, com a propriedade de queimarem em superfície e profundidade, deixando resíduos (cinzas, brasas, etc.); **Classe C:** são os incêndios que acontecem em materiais gasosos e líquidos inflamáveis, produtos que se queimam somente na superfície e não deixam cinzas.
- b) **Classe A:** são os incêndios em materiais sólidos de fácil combustão, com a propriedade de queimarem em superfície e profundidade, deixando resíduos (cinzas, brasas, etc.); **Classe B:** são os incêndios que acontecem em materiais gasosos e líquidos inflamáveis, produtos que se queimam somente na superfície e não deixam cinzas; **Classe C:** são incêndios que ocorrem em materiais energizados, por onde passa corrente elétrica, como motores, geradores, transformadores, etc.
- c) **Classe A:** são os incêndios em materiais sólidos de fácil combustão, com a propriedade de queimarem em superfície e profundidade, deixando resíduos (cinzas, brasas, etc.); **Classe B:** são incêndios que ocorrem em materiais energizados, por onde passa corrente elétrica, como motores, geradores, transformadores, etc; **Classe C:** são os incêndios que acontecem em materiais gasosos e líquidos inflamáveis, produtos que se queimam somente na superfície e não deixam cinzas.
- d) **Classe A:** são incêndios que ocorrem em materiais energizados, por onde passa corrente elétrica, como motores, geradores, transformadores, etc; **Classe B:** são os incêndios que acontecem em materiais gasosos e líquidos inflamáveis, produtos que se queimam somente na superfície e não deixam cinzas; **Classe C:** são os incêndios em materiais sólidos de fácil combustão, com a propriedade de queimarem em superfície e profundidade, deixando resíduos (cinzas, brasas, etc.);
- e) **Classe A:** são os incêndios que acontecem em materiais gasosos e líquidos inflamáveis, produtos que se queimam somente na superfície e não deixam cinzas; **Classe B:** são os incêndios em materiais sólidos de fácil combustão, com a propriedade de queimarem em superfície e profundidade, deixando resíduos (cinzas, brasas, etc.); **Classe C:** são incêndios que ocorrem em materiais energizados, por onde passa corrente elétrica, como motores, geradores, transformadores, etc.

28

Para a extinção adequada de um incêndio de Classe C, se deve utilizar

- a) mangueira de um auto-bomba.
b) extintor à base de água ou outro agente que a contenha em quantidade.
c) extintor eletrostático.
d) extintor de pó químico seco (PQS) e de gás carbônico (CO₂).
e) extintor com um agente eletrolítico.

29

O método de extinção que consiste na retirada do comburente (oxigênio), abaixando os níveis de oxigenação da combustão é denominado

- a) abafamento.
b) resfriamento.
c) isolamento.
d) estrangulamento.
e) arrefecimento.

30

Na ocorrência de uma fratura exposta, qual o procedimento **CORRETO** a ser adotado pelo Guarda Portuário ao socorrer a vítima?

- a) Remover a vítima para um local seguro e imobilizá-la sem puxar o braço ou perna
b) Remover a vítima antes de imobilizar a parte fraturada.
c) Procurar colocar o acidentado em qualquer meio de transporte disponível.
d) Solicitar ajuda ao Corpo de Bombeiros ou Polícia Rodoviária.
e) Usar talas, sem puxar o braço ou perna, colocar gaze e encaminhar para o pronto socorro.

31

O ISPS é um código de procedimentos de segurança aplicado

- a) nos portos do mundo, para proteção de navios e Instalações Portuárias. Instituído pela CESPÓRTOS.
b) nos portos do Brasil, para proteção de navios e Instalações Portuárias. Instituído pela CESPÓRTOS.
c) nos portos do mundo, para proteção de navios e Instalações Portuárias. Instituído pela Organização Marítima Internacional (IMO).
d) nos portos do mundo, para proteção de navios e Instalações Portuárias. Instituído pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)
e) nos portos do Brasil, para proteção de navios e Instalações Portuárias. Instituído pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)

32

No que se refere à Proteção das Instalações Portuárias, é **CORRETO** afirmar que

- a) as medidas adicionais específicas de proteção das instalações portuárias deverão ser implementadas de maneira global, sem detalhamento de atividades.
- b) as instalações portuárias deverão ser monitoradas, a fim de assegurar que somente pessoas autorizadas tenham acesso, salvo áreas de acesso restrito.
- c) a área de manuseio de carga, bem como a área de manuseio de provisões de navio não deverá ser supervisionada.
- d) as medidas e procedimentos de proteção deverão ser aplicadas nas instalações portuárias de modo a causar o mínimo de interferência ou atrasos a passageiros, navios, pessoal de bordo ou visitantes, mercadorias e serviços.
- e) as atividades deverão ser executadas através de medidas apropriadas de proteção somente nas áreas de acesso restrito, com vistas a identificar e tomar medidas preventivas contra incidentes de proteção.

33

As disposições contidas na Norma Regulamentadora 29 – NR-29, sobre segurança e saúde no trabalho portuário, aplicam-se aos trabalhadores portuários em operações

- a) tanto a bordo como em terra, assim como aos demais trabalhadores que exerçam atividades nos portos organizados e instalações portuárias de uso público, situados dentro ou fora da área do porto organizado.
- b) somente em terra, assim como aos demais trabalhadores que exerçam atividades nos portos organizados e instalações portuárias de uso privativo, situados dentro da área do porto organizado.
- c) tanto a bordo como em terra, assim como aos demais trabalhadores que exerçam atividades nos portos organizados e instalações portuárias de uso privativo e retroportuárias, situados dentro ou fora da área do porto organizado.
- d) tanto a bordo como em terra, assim como aos demais trabalhadores que exerçam atividades nos portos organizados e instalações portuárias de uso privativo e retroportuárias, situados fora da área do porto organizado.
- e) tanto a bordo como em terra, assim como aos demais trabalhadores que exerçam atividades nos portos organizados e instalações portuárias de uso privativo e retroportuárias, situados somente dentro da área do porto organizado.

34

A Comissão de Prevenção de Acidentes no Trabalho Portuário (CPATP), prevista na Norma Regulamentadora 29 – NR-29, será constituída de forma paritária, por trabalhadores portuários com vínculo empregatício por tempo

- a) indeterminado sem a participação de empregadores e/ou OGMO.
- b) indeterminado e trabalhadores avulsos.
- c) determinado e avulso e por representantes dos operadores portuários, empregadores e/ou OGMO.
- d) indeterminado e avulso e sem representantes dos operadores portuários, empregadores e/ou OGMO.
- e) indeterminado e avulso e por representantes dos operadores portuários, empregadores e/ou OGMO.

35

A duração do mandato da Comissão de Prevenção de Acidentes no Trabalho Portuário (CPATP) será de

- a) 2 (dois) anos, permitida uma reeleição.
- b) 3 (três) anos, permitida uma reeleição.
- c) 2 (dois) anos, sem reeleição.
- d) 3 (três) anos, sem reeleição.
- e) 1 (um) ano, permitida uma reeleição.

36

Após a organização da Comissão de Prevenção de Acidentes no Trabalho Portuário (CPATP), deve ser feito o registro dessa comissão no órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), até

- a) 5 (cinco) dias antes da eleição, instalação e posse.
- b) 10 (dez) dias após a eleição, instalação e posse.
- c) 10 (dez) dias antes da eleição, instalação e posse.
- d) 5 (cinco) dias após a eleição, instalação e posse.
- e) 15 (dez) dias após a eleição, instalação e posse.

37

Analise as afirmações sobre primeiros socorros e as condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

- I. As instalações sanitárias devem estar situadas à distância máxima de 200 m (duzentos metros) dos locais das operações portuárias.
- II. As embarcações devem oferecer aos trabalhadores em operação a bordo, instalações sanitárias, com gabinete sanitário e lavatório, em boas condições de higiene e funcionamento. Quando não for possível este atendimento, o operador portuário deverá dispor, a bordo, de instalações sanitárias móveis.
- III. No caso de acidente a bordo em que haja morte, perda de membro, função orgânica ou prejuízo de grande monta, o responsável pela embarcação deve comunicar, imediatamente, à Capitania dos Portos, suas Delegacias e Agências e ao órgão regional do MTE.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- a) III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

38

De acordo com a Súmula Vinculante nº 11 do STF, só é lícito o uso de algemas

- a) em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- b) em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, sem a necessidade de justificar por escrito, sob pena de responsabilidade penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere.
- c) somente em casos de resistência por parte do preso ou de terceiros, não havendo a necessidade de justificar por escrito, pois constitui um dever da autoridade.
- d) em casos de resistência e de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, não sendo cabível em caso de fundado receio de fuga.
- e) em casos de resistência e de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, sem necessidade de justificativa por escrito, sob pena de responsabilidade civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, não havendo responsabilidade civil do Estado.

39

Um Guarda Portuário ao aproximar-se de uma vítima de acidente, constata ausência de pulsação, acentuada palidez, pele e lábios arroxeadas e pupilas dilatadas. Esse quadro é indicativo de

- a) desmaio.
- b) parada cardíaca.
- c) convulsão.
- d) fratura da coluna vertebral.
- e) hemorragia.

40

Em que tipo de queimadura a vítima apresenta os seguintes sintomas: dor intensa, vermelhidão no local, palidez na pele quando se toca e ausência de bolhas?

- a) Queimaduras de 2º grau profunda.
- b) Queimaduras de 4º grau.
- c) Queimaduras de 2º grau superficial.
- d) Queimaduras de 1º grau.
- e) Queimaduras de 3º grau.

41

Analise os itens abaixo sobre noções de primeiros socorros.

- I. Tratar a vítima como se tivesse fraturas. Aplicar gelo e compressas frias no local.
- II. Não segurar a vítima e não dar tapas. Proteger a cabeça.
- III. Deitar a vítima com a cabeça e ombros mais baixo que o resto do corpo. Afrouxar a roupa da vítima.

Esses itens referem-se, respectivamente, à(ao)

- a) convulsão, entorse e hemorragia.
- b) desmaio, fratura e entorse.
- c) entorse, convulsão e desmaio.
- d) hemorragia, fratura e entorse.
- e) entorse, fratura e parada cardíaca.

42

Aquele que por meio de palavras ou atos que redundem em vexame, humilhação, desprestígio ou irreverência, a servidor público, civil ou militar, no exercício da função ou em razão dela, comete o crime de

- a) desacato.
- b) desobediência.
- c) resistência.
- d) calúnia.
- e) difamação.

43

De acordo com o Estatuto do Desarmamento, a Expedição de Autorização de Compra de Arma de Fogo após preenchidos os requisitos da lei, assim como a Autorização para Comercialização de Armas De Fogo, acessórios e munições entre pessoas físicas, são de competência do

- a) Departamento de Polícia Federal e SINARM, respectivamente.
- b) SINARM e Departamento de Polícia Federal, respectivamente.
- c) Departamento de Polícia Federal.
- d) SINARM.
- e) Departamento de Polícia Federal e Exército, respectivamente.

44

De acordo com o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), analise as afirmações abaixo.

- I. O porte de arma de fogo é proibido em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias.
- II. Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, constitui crime previsto no Estatuto do Desarmamento.
- III. O Certificado de Registro de Arma de Fogo tem validade apenas no Estado onde foi expedido e autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- a) II e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I, apenas.
- e) II, apenas.

45

Analise as afirmações abaixo sobre a Portaria que aprovou o Regulamento para os Serviços de Guarda Portuária nos Portos Brasileiros, colocando **V** para o que julgar verdadeiro e **F** para falso.

- () A vigilância e segurança portuária inclui todas as ações e procedimentos necessários ao desenvolvimento normal das atividades, com o propósito de prevenir e evitar atos ou omissões danosas que afetem pessoas, cargas, instalações e equipamentos na área portuária.
- () A vigilância atuará na zona primária do porto, sob coordenação da autoridade local, no que refere ao cumprimento da legislação que regula a entrada, a permanência, a movimentação e a saída de pessoas, veículos, unidades de carga e mercadorias, bem como auxiliará a Polícia Militar e Polícia Civil local, no exercício de suas atribuições constitucionais.
- () Para a manutenção da ordem e a prevenção de ilícitos no interior da área portuária, a Guarda Portuária prestará colaboração aos órgãos de segurança pública e demais autoridades que atuam naquela área.
- () Os procedimentos a serem adotados pela Guarda Portuária em casos de sinistro, crime, contravenção penal ou ocorrência anormal deverão ser os mesmos estabelecidos para as forças policiais e de segurança pública.

A sequência **CORRETA** é

- a) V, V, V, V.
- b) F, V, F, F.
- c) V, F, V, F.
- d) V, V, V, F.
- e) F, V, V, V.

46

As assertivas a seguir apresentadas dispõem, em linhas gerais, quanto aos objetivos traçados na Lei de Modernização dos Portos (Lei nº 8.630/1993 e alterações posteriores). Analise e julgue em **V** (verdadeira) ou **F** (falsa) cada uma delas.

- () Readequar e postergar o tempo de espera e de permanência dos navios nas zonas portuárias.
- () Promover a descentralização do setor por meio da estadualização e municipalização de portos.
- () Permitir que a exploração das operações de movimentações portuárias seja realizada por meio do setor público, diretamente, ou por meio de sociedades anônimas de economia mista.
- () Prover a geração de investimentos e a aquisição, pelo setor privado, de equipamentos novos e mais produtivos.
- () Promover a adequação do quantitativo de mão-de-obra na operação portuária, com base nos novos padrões tecnológicos e de produção.

A sequência **CORRETA** é

- a) F, V, F, V, F.
- b) F, V, V, F, F.
- c) F, F, F, V, V.
- d) V, V, F, V, V.
- e) F, V, F, V, V.

47

Para atender aos seus objetivos, a Lei de Modernização dos Portos (Lei nº 8.630/1993 e alterações posteriores) introduziu uma série de mudanças e, dentre elas, houve a criação de um ator, pessoa jurídica pré-qualificada, voltada para atuar na execução de operações portuárias na área do denominado porto organizado. O referido ator é denominado

- a) Trabalhador Portuário Avulso.
- b) Operador Portuário.
- c) Operador de Embarque e Desembarque.
- d) Autoridade Portuária.
- e) Gestor de Mão-de-Obra Portuária.

48

Com relação à definição de Porto Organizado, é **CORRETO** afirmar que se refere àquele

- a) aberto à navegação, inclusive a costeira, para o transporte de passageiros e de mercadorias, cuja armazenagem é explorada pela União, exclusivamente, em regime de comodato sob responsabilidade e jurisdição de uma autoridade portuária delegada.
- b) aberto para atender às necessidades da navegação referentes às movimentações de cargas e de mercadorias, concedido ou explorado por qualquer ente público, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária.
- c) constituído e aparelhado para atender às necessidades da navegação e daquelas referentes às movimentações de passageiros, desde que explorado pela União, mediante tráfego e operações portuárias sob a jurisdição de uma entidade privada.
- d) constituído e aparelhado para atender às necessidades da navegação, das movimentações de passageiros ou de armazenagem de mercadorias, concedido ou explorado pela União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária.
- e) adequado e aparelhado para atender às necessidades da navegação, inclusive de cabotagem, e da movimentação e armazenagem de cargas, concedido ou explorado por qualquer ente de direito público, cujas operações portuárias estejam delegadas à gestão privada por meio do operador portuário.

49

Com relação às autorizações de exploração de Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte, é **CORRETO** afirmar que estas

- a) somente serão concedidas a Estados ou a Municípios, os quais, com prévia autorização do órgão competente e mediante licitação, poderão transferi-las para a iniciativa privada.
- b) serão concedidas diretamente à iniciativa privada, mediante processo licitatório na forma de concorrência pública ou de pregão, observada a possibilidade de subcontratação ou da subempreita de obras e serviços.
- c) serão concedidas exclusivamente aos Estados, os quais, com prévia autorização do órgão competente e mediante licitação, poderão transferi-las para a iniciativa privada.
- d) somente serão concedidas a Estados ou a Municípios, os quais, obedecendo a critérios de suas legislações internas, poderão transferi-las mediante arrendamento ou comodato à pessoas jurídicas de direito privado.
- e) serão concedidas exclusivamente aos Municípios, os quais não poderão transferi-las para a iniciativa privada, senão na forma de inexigibilidade para arrendamento.

50

Quando efetuada com o uso do aparelhamento portuário, a atividade de movimentação de mercadorias nas instalações de uso público, como o recebimento, conferência, transporte interno, abertura de volumes para a conferência aduaneira, manipulação, arrumação e entrega, bem como o carregamento e descarga de embarcações, é denominada

- a) Operação de Carga e Descarga.
- b) Estiva.
- c) Conferência de Carga.
- d) Capatazia.
- e) Bloco em Avulso.

